

Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 14-2017



Reunião da Assembleia Geral



Aos dezassete dias do mês de Março de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. António Souto e o Segundo Secretário, o Sr. Albino Simões Lopes, estes últimos designados pela Assembleia Geral de irmãos, em substituição dos irmãos Carlos Teixeira e Rui Dias por impossibilidade de presença de ambos.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. **Votação da ata da Reunião anterior;**
2. **Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas, bem como do parecer do Conselho Fiscal | Definitório, referentes ao exercício do ano de 2016;**
3. **Ratificação da escritura de doação feita por Maria Alice Marques, a favor da Misericórdia de Arganil, do artigo 624 matriz predial urbana de Arganil, sito em Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça;**
4. **Deliberação sobre proposta de pedido de autorização de alienação do apartamento sito na Rua da Escola de Medicina Veterinária em Lisboa, n.º 7, 4º esquerdo (artg. 1918 I Freguesia de Arroios), e respetiva ratificação do contrato-promessa de compra e venda do mesmo;**
5. **Outros assuntos de interesse para a Instituição e admitidos a discussão.**

Apresentada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os irmãos presentes, fazendo votos para o bom andamento e decisão dos assuntos constantes da convocatória.

De seguida, realçou o facto de 2016 ter sido marcado, "como já tinha referido na anterior Assembleia, pelas celebrações do Ano Santo do Jubileu da Misericórdia e da honra que foi o Provedor da Misericórdia de Arganil, prof. José Dias Coimbra, ter sido recebido por Sua Santidade Francisco ao qual ofertou uma pintura da sua autoria alusiva à Senhora das Misericórdias".

Salientou ainda, " que outro momento marcante, pelo simbolismo que acarretou, foi a decisão favorável do tribunal de Coimbra relativa à questão do cineteatro Alves Coelho. Decisão esta que veio reconhecer que a Assembleia Geral da Misericórdia esteve bem quando, em 2008, definiu as cláusulas sobre a cedência deste imóvel à Câmara Municipal de Arganil, concluindo-se que a única responsável pela situação de abandono do edifício é a autarquia."

Ainda neste ponto, realçou que " a situação em que o imóvel foi devolvido, após o estudo realizado por empresa especializada, é deveras preocupante porque se encontra degradado por ausência de



manutenção e conservação, devendo a Câmara assumir as suas responsabilidades.”

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, não quis deixar de enaltecer o papel da Misericórdia de Arganil no Distrito de Coimbra, tendo acolhido no passado mês de Fevereiro uma reunião das suas congéneres para discutir e analisar os atrasos dos pagamentos por parte da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Destacou de igual modo a presença do irmão Mariano Canales, “que se deslocou de tão longe para estar presente nesta Assembleia Geral.”

Após as palavras iniciais deu-se início à discussão da ordem de trabalhos e consequentes deliberações.

1. Votação da ata da Reunião anterior;

Em relação ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, referiu que, “após a publicação da convocatória em dois jornais e o envio da respetiva aos irmãos no pleno uso dos seus direitos, a documentação referente aos diversos pontos foi disponibilizada para consulta, quer no site da Misericórdia, quer no dossier desta reunião, desde o dia 2 de Março.

Para além disso, a mesma documentação foi previamente e atempadamente distribuída aos irmãos, antes do início dos trabalhos. Dessa documentação consta a ata da reunião de 30 de Novembro último”.

Face a esses procedimentos, foi questionado se existia alguma proposta de alteração da ata em apreço, na medida em que foram asseguradas todas as condições para a leitura prévia dos documentos em causa.

Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção ou correção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propôs a respetiva votação do documento, tendo a ata sido aprovada por unanimidade.

2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas, bem como do parecer do Conselho Fiscal | Definitório, referentes ao exercício do ano de 2016;

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra o Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, para os devidos esclarecimentos.

No uso da palavra o Provedor, referiu que “ o ano de 2016 foi um ano importante, não podendo esquecer o facto de ter sido incumbido de representar as Misericórdias, conjuntamente com o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, e do respetivo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng. Silva Peneda, na audiência concedida por Sua Santidade o Papa Francisco, guardando na memória as palavras: bello, bello”.

De igual modo, salientou “ que apesar do tribunal ter reconhecido a razão à Misericórdia, no caso do cineteatro Alves Coelho, temos agora de pensar em realizar a obra, sendo doloroso assistir ao partir da calçada defronte para o edifício da Câmara, quando esse espaço se encontrava perfeitamente em condições, podendo o dinheiro que irá ser aí despendido ser utilizado na recuperação de outros espaços.”

Por outro lado, recordou “ o incêndio que ocorreu no dia 27 de Junho e que, felizmente, não teve consequências humanas, graças ao empenho dos colaboradores e à pronta reação das corporações de bombeiros. Este percalço implicou o redireccionamento de recursos da instituição, tendo em vista a reparação do espaço afetado, ao mesmo tempo que se traduziu na perda de rendimentos, face à

necessidade de reduzir a capacidade de acolhimento, por força da realização das obras necessárias.”

Por último, o Provedor não quis deixar de informar os irmãos presentes na Assembleia Geral das várias “cartas anónimas endereçadas a várias entidades contra a Instituição, revelando uma cobardia atroz e uma tentativa de condicionamento da ação da Misericórdia, felizmente e apesar das dificuldades e constrangimentos económicos, temos conseguido cumprir com as nossas obrigações.”

Essas cartas, de acordo com o próprio, “são caricatas e até ridículas, tamanha a malvez das mesmas, e estas foram desde denúncias contra as piscinas da Instituição, as quais funcionam à mais de 20 anos, passando pelos equipamentos desportivos da Instituição, e até pela caldeira a lenha, neste caso que era utilizada para a queima de resíduos hospitalares, quando a mesma nem sequer o pode fazer por questões de ordem técnica”.

Após a introdução do relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016, o Provedor da Misericórdia, prof. José Dias Coimbra, solicitou ao Diretor Geral e irmão da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, que procedesse á explanação do referido documento de forma mais exaustiva e pormenorizada.

No uso da palavra o Diretor Geral recordou que o “documento em apreço, bem como todos os outros, se encontrava disponível para consulta, quer no site da Instituição e quer no dossier elaborado para esse efeito e disponibilizado na Misericórdia, desde o dia 2 de Março, para além de ter sido previamente distribuído na presente reunião”.

Mais disse, que o exercício de 2016 “revestiu-se de vários constrangimentos mas que o mesmo foi executado, de acordo com os fins a que a Instituição sempre se propôs cumprir, dinamizando um vasto leque de atividades e serviços colocados ao dispor da comunidade e dos utentes que serve.”

Assim, passou a ler / apresentar diversas componentes do documento, designadamente as que se revestem de maior importância.

Salientou que “apresentar o Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2016 implica, antes de tudo, abordar a temática do Ano Santo do Jubileu da Misericórdia que, pelo sentido da mensagem de Sua Santidade o Papa Francisco, marcou profundamente todas as Santas Casas espalhadas pelo mundo.

Como não poderia deixar de ser, a Misericórdia de Arganil, desde muito cedo, se associou a estas celebrações, tendo participado em quatro momentos essenciais ao longo do ano.

O primeiro ocorreu na cidade de Coimbra, no dia 7 de Maio e no âmbito da colaboração com o Secretariado Regional, com a organização do **II Encontro das Misericórdias da Diocese**, tendo como pano de fundo a peregrinação das Santas Casas da Sé Velha até à Sé Nova, culminando com a realização de Missa Presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.

O Segundo momento aconteceu no dia 25 de Junho com a **participação da Misericórdia na peregrinação nacional ao Santuário de Fátima**, no âmbito das comemorações nacionais promovidas pela União das Misericórdias Portuguesas e relativas à celebração do Ano Santo.

Já no âmbito das tradicionais festividades da Nossa Senhora da Visitação, no dia 3 de Julho, surgiu o terceiro momento que ficou marcado pelo **descerramento de duas imagens na Mata das Misericórdias, oferecidas pelo próprio Provedor da Instituição**, alusivas a esta figura essencial do movimento das Santas Casas, tendo contado com a presença de diversos Provedores, do Presidente do Secretariado Regional de Coimbra, Dr. Rui Rato e do Presidente do Secretariado Nacional da União das

Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos.

Por último, e no dia 3 de Setembro, **a Misericórdia, representada pelo seu Provedor, Prof. José Dias Coimbra, integrou a comitiva recebida em audiência por Sua Santidade o Papa Francisco**, momento em que, e em nome das Santas Casas de Portugal, ofereceu uma pintura da sua autoria, da Nossa Senhora das Misericórdias.

Não obstante estes terem sido momentos que ficarão para sempre na já longa história desta Instituição, o ano não se resumiu apenas a isso, tendo sido bastante repleto de outras atividades, como aliás é já apanágio da Misericórdia de Arganil.

A este propósito recorda-se a participação e presença da Misericórdia no **XII Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas**, realizado no Fundão nos dias 2,3,4 e 5 de Junho, tendo o Provedor da Instituição presidido a um dos principais painéis do debate.

No mesmo certame há a destacar ainda, **a participação na Feira da Economia Social** e que contou com a visita de Sua Excelência o Presidente da República, o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas e Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese de Lamego ao stand da Misericórdia de Arganil.

Outro momento que deve ser recordado, pelo simbolismo que traduziu para a Instituição, foi a celebração dos 50 anos de sacerdócio do Cónego Manuel Martins, tendo a Misericórdia realizado no dia 29 de Julho cerimónia no salão nobre para assinalar essa efeméride local.

Também **Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, visitou a Misericórdia**, no âmbito da sua visita pastoral ao concelho de Arganil, tendo marcado a sua passagem pela Instituição com a plantação simbólica de uma oliveira na Mata das Misericórdias, isto no dia 2 de Dezembro.

Contudo, é importante destacar que o contexto económico que rodeou a intensa atividade da instituição nem sempre se revelou favorável.

A esse propósito recorda-se que o ano de 2016 assistiu à **atualização do Salário Mínimo Nacional, em montante superior ao inicialmente estabelecido em orçamento**, o que exigiu um esforço suplementar da Instituição, sem esquecer que associada a esta atualização houve a preocupação de **realização de reajustes salariais para evitar situações de injustiça entre os colaboradores**.

Verificou-se ainda, a introdução e **aplicação do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com a implementação das 40 horas laborais** em parte significativa do quadro de pessoal, o que acarretou a consequente atualização remuneratória, resultante do aumento da carga horária.

A Instituição teve ainda alguns percalços, com especial atenção na **ocorrência de um foco de incêndio no Complexo Social**, o qual, felizmente, não causou qualquer dano humano, **mas teve repercussões económicas, pois obrigou à realização de investimento não previsto** para a remodelação dos espaços afetados e cujos trabalhos se estenderam para o ano de 2017.

Esta situação teve, e tem, impacto ao nível económico, na medida em que **obrigou a um esforço suplementar, tendo em vista a realização deste investimento, ao mesmo tempo que afetou a capacidade de resposta da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)**, o que também representou perda de receitas, com incidência no segundo semestre do ano nesta resposta social.

Contudo, **os atrasos dos pagamentos por parte da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C) foram e são um forte constrangimento à atuação da Instituição** e convém referir que o

último mês pago em 2016 por parte dessa estrutura do Estado reporta a Agosto, o que significa que durante a maior parte do segundo semestre a instituição laborou sem qualquer tipo de pagamentos por parte dessa entidade do Estado.

De salientar **que estes atrasos estenderam-se à Unidade de Medicina Física e de Reabilitação da Misericórdia de Arganil**, num período particularmente sensível de reorganização dessa área da Instituição.

Apesar de todos estes constrangimentos a Instituição manteve e **reforçou as suas parcerias, tendo celebrado protocolos de cooperação** com instituições concelhias ao nível do apoio técnico e prestação de cuidados de saúde, neste caso com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra.

Celebrou ainda, protocolo de colaboração com o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), no campo da gerontopsiquiatria.

Viu **renovado o protocolo das Cantinas Sociais** com o Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, por meio do qual estabeleceu uma rede local de parcerias para dar uma resposta mais próxima dos cidadãos em situação de vulnerabilidade alimentar, e deu **continuidade ao programa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, neste caso através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Assegurou o **apoio ao Secretariado Regional de Coimbra** da União das Misericórdias Portuguesas, colaborou com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), manteve a sua participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil e no Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Outro aspeto a reter e relativo ao ano transato, foi o **resultado favorável no âmbito do processo movido contra a Câmara Municipal de Arganil** de que resultou a reposição da verdade na matéria relativa ao Cineteatro Alves Coelho.

Também o **desfecho favorável relativo à entrega da designada Quinta dos Bons Dias**, foi outro momento marcante do ano de 2016, facto que poderá potencializar a realização de novos investimentos, conforme preconizados no Plano de Atividades para 2017.

Em relação aos diversos equipamentos destacou as seguintes ações:

Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia (CD) | Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) | Centro de Dia Secarias (CDS)

As respostas de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário são destinadas, genericamente, ao público com mais de 65 anos, embora deva ser acautelado que este indicador etário não é por si uma condicionante à admissão de cidadãos com idade inferior, desde que esta seja devidamente justificada e fundamentada socialmente.

No global estas valências concentravam, em 31 de Dezembro de 2016, o apoio a 200 utentes, sendo que a ERPI considerava o acolhimento residencial a 117 cidadãos, o Centro de Dia prestava diversos serviços de apoio diurno a 56 pessoas e o SAD assegurava acompanhamento e serviços de apoio no domicílio de 27 utentes.

➤ Remodelação / Requalificação espaços

Apesar de no decurso do ano de 2016 não terem sido concretizadas candidaturas a financiamentos

destinado à requalificação de estruturas da rede solidária, muito devido à não abertura de concursos para esse fim no contexto do Portugal 2020, a instituição procedeu à melhoria e reabilitação de espaços, designadamente na componente residencial da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Estas melhorias dos espaços foram realizadas com recursos económicos próprios e, nalguns casos, através da sua área de manutenção, abrangendo um total de 8 quartos intervencionados, através de trabalhos que visaram, nomeadamente, a substituição dos tetos e pintura.

No entanto, deve ser realçado que uma das intervenções, que se prolongou para 2017, foi despoletada pela ocorrência de um incidente no dia 27 de Junho, neste caso um foco de incêndio, e que obrigou à contratação de empresa externa, face ao tipo de trabalhos a realizar.

Neste caso em concreto, intervencionou-se o segundo piso do bloco que se localiza mais próximo da APPACDM.

Não podemos deixar de referir que esta última intervenção, que ainda decorre, representou um constrangimento muito significativo na admissão de novos utentes, com implicação nas receitas geradas por esta valência, isto ao nível das mensalidades.

Assim, o ano encerrou com 117 utentes em ERPI, uma redução face ao estimado inicialmente, sendo que 68% eram do sexo feminino e 32% do sexo masculino, mantendo-se contudo a frequência de 95 pessoas no âmbito dos acordos de cooperação.

➤ **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário**

Uma das preocupações que a instituição teve no ano transato foi a de manter os níveis de frequência nas diversas respostas sociais, para que o nível de participações, quer do Estado, quer dos utentes e respetivas famílias não tivessem reduções de monta.

Apesar desse desejo, nem todas as respostas viram concretizadas esse desígnio, como atrás já foi referido para a ERPI, a qual, apesar de manter a frequência no contexto dos acordos de cooperação, viu reduzida a frequência extra acordo.

No entanto, há que destacar que a resposta de Centro de Dia viu aumentar os seus índices de frequência, o que se traduziram no incremento das receitas desta valência.

Deste modo, foi possível verificar que o ano de 2016 terminou com um total de 47 utentes no equipamento da sede da Instituição, sendo de referir que a capacidade máxima é de 50, mantendo-se a frequência em Secarias nos 9 utentes, o que totalizou 56 utentes apoiados.

Esta performance do Centro de Dia tem sido sustentada no leque de serviços fornecidos e que vão desde o transporte, passando pelos cuidados de enfermagem, acompanhamento técnico, atividades de animação, tratamento de roupas e alimentação.

Com efeito, foi possível verificar que 37 utilizadores desta resposta, ou seja, 66%, pertenciam ao género feminino, contra 34% do género masculino, sendo a média de idades de 79 anos.

Já no Serviço de Apoio Domiciliário foi possível atingir um número de 27 utentes, o que se refletiu no aumento das participações familiares.

Neste caso, a capacidade autorizada pelos serviços da segurança social é de 30 utentes, mas as participações do Estado restringem-se a 25 pessoas, apesar dos esforços realizados para o alargamento das participações, através da revisão do respetivo acordo de cooperação.

A média de idades nesta resposta social é de 79 anos, sendo a predominância de género atribuída ao feminino com 67%, neste caso 18 pessoas.

Ao contrário da resposta de Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário, apesar de ter uma predominância de cidadãos autónomos (63% - 17 utentes), tem um número considerável de pessoas com dependências. Neste caso 29% são parcialmente dependentes (8), dependentes 4% (1) e grandes dependentes também 4% (1).

➤ **Aplicação do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Segurança Social (MSSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**

Tal como vem sendo hábito, a Instituição tem preconizado a aplicação do protocolo existente entre o MSSS e a UMP, sendo que em 2016 o valor da atualização foi de 0,9%, descontados 0,4% decorrentes do aumento da Taxa Social Única (TSU).

Esta aplicação foi extensiva a todas as respostas sociais que integram o Complexo Social.

No entanto, e apesar deste protocolo ser uma ferramenta indispensável no âmbito do campo de atuação das Instituições do setor social, é importante referir que o valor obtido das atualizações da área da cooperação ficou abaixo do inicialmente previsto em orçamento, neste caso a previsão tinha sido 1%.

➤ **Manutenção de uma política de formação / qualificação e monitorização do pessoal**

A formação dos colaboradores é uma preocupação permanente na dinâmica da Misericórdia, tendo em vista a melhoria dos índices de qualidade.

Nesse sentido, a estrutura humana foi reforçada com um Técnico Superior de Higiene e Segurança, que passou a coordenar esta área, cabendo-lhe a elaboração e definição de um dossier formativo permanente e anual.

Assim, para além de formação externa que incidiu sobre os quadros superiores, a Misericórdia reforçou a sua componente formativa interna, designadamente na área da segurança do trabalho, com especial incidência no combate a incêndios.

Para tal, foram dinamizados quatro módulos de formação, extensivos a toda a estrutura e respostas sociais da Misericórdia:

- Incêndios I;
- Incêndios II;
- Sinalização de Segurança;
- Saúde – Posicionamentos, transferências e Cuidados;

Em relação ao módulo, Incêndios 1, o objetivo principal foi o de abordar o conhecimento do fogo, incidindo em temáticas como o triângulo -teatro do fogo, classes de incêndio, efeito *flashover* ou efeito *backdraft*.

Relativamente ao Módulo Incêndios II, a preocupação centrou-se na utilização prática dos extintores, tendo ainda sido abordados de forma prática os vários tipos de extintores e o manuseio dos mesmos.

Já o módulo da Sinalização de Segurança, que contou com o maior número de participantes, foi estimulado o conhecimento que já tinham relativamente à identificação e leitura de sinalização de segurança, nomeadamente tipos de sinais, cor dos sinais, e regras de colocação de sinalização.

Por fim, realizou-se o módulo Saúde – Posicionamentos, transferências e cuidados, que versou sobre conceitos relacionados com a ergonomia, posicionamentos, transferência e movimentação de utentes com amputações e próteses de anca.

Resumidamente, foram lecionados 4 módulos formativos, num total de 15 sessões, englobando 90 colaboradores, atingindo um total de 262 horas de formação.

Para além da preocupação com a dinamização de um dossier perante de formação interna, a instituição também considerou fundamental aprofundar a caracterização do universo dos seus colaboradores.

Esta monitorização das principais características dos recursos humanos existentes, visa o acompanhamento da evolução das necessidades formativas, mas de igual modo na definição de estratégias potencializadoras de uma maior eficácia da ação da Instituição.

Deste modo, foi possível verificar que a 30 de Dezembro a Misericórdia contava com 143 colaboradores, sendo predominante o género feminino com 84% (120), enquanto o género masculino representou 16% (23).

De igual modo, a média de idades registada é de 42,8 anos, enquanto que em 2006 a média era de 55 anos.

Por último e não menos importante, 90,9% dos colaboradores residem no concelho de Arganil, ou seja 130 elementos, dos quais 8 (5,6% do total) mudaram a sua residência para Arganil, nomeadamente quadros técnicos superiores.

➤ **Oferta e dinamização de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes**

Tal como vem sendo hábito, a Instituição assegurou um conjunto de atividades lúdicas para os seus utentes nas diversas respostas sociais, não só do Complexo Social, como de igual modo no Complexo de Saúde, tendo em vista promover a sua autonomia diária e, simultaneamente, o bem-estar dos mesmos.

Estas atividades são dinamizadas pela área da animação, envolvendo os diversos profissionais e voluntários, mas de igual modo um conjunto de entidades parceiras, o que revela a importância da ligação à comunidade.

Face à extensão dessas atividades, as mesmas serão agregadas em relatório anexo, sem prejuízo da apresentação resumida no presente documento.

Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

O funcionamento destas respostas sociais está direcionado para as crianças e tem como referência o ano letivo, neste caso 2015/2016, embora a comparticipação do Estado em relação ao CATL seja a 12 meses, tantos quanto o funcionamento desta resposta social.

Neste caso, o CATL assegura o acompanhamento a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, embora, pontualmente e excecionalmente, se tenha verificado o apoio a crianças com 4 e 13 anos, face a aspetos de ordem social.

De referir que esta resposta manteve índices de frequência estáveis até ao mês de Outubro, neste caso 60 crianças, sendo que, após o arranque do novo ano letivo 2016/2017, veio a verificar-se uma quebra média de 16 crianças (Outubro – Dezembro), face à redução demográfica a que temos vindo a assistir,

mas também ao aumento de situações de desemprego que conduziram à retirada por parte de alguns agregados familiares dos seus educandos do CATL.

As AAAF por sua vez funcionam no âmbito de protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Arganil, terminando o ano de 2016 com um índice de frequência de 30 crianças, superior ao preconizado no Plano de Atividades que considerou uma estimativa de 22 elementos.

➤ **Manutenção do apoio técnico – Terapia da Fala**

Uma das áreas que tem sido importante para o desenvolvimento das crianças é a Terapia da Fala, possibilitando uma intervenção precoce capaz de corrigir ou diagnosticar situações relacionadas com dificuldades de linguagem, ou outras situações que carecem de tratamento adequado.

Nesse sentido, a Terapia da Fala acompanhou 42 crianças ao longo de 2016, das quais 10 integravam a resposta de CATL e 9 as AAAF, enquanto as restantes foram inseridas ao nível do acompanhamento pela Unidade de Medicina Física e Reabilitação, neste caso 20, e as restantes e provenientes da unidade de multideficiência.

Academia Condessa das Canas

Ao longo dos últimos 2 anos a Misericórdia tem vindo a realizar investimento na recuperação da escola do Paço Grande, tendo em vista sedear aí a Academia Condessa das Canas.

Esse investimento tem vindo a ser feito de modo gradual e com prudência, para que a estabilidade financeira da instituição não seja colocada em causa, motivo pelo qual os trabalhos ainda não estão concluídos.

Contudo, podemos afirmar que em 2016 aquele emblemático espaço abriu ao público uma das suas salas com a exposição de um conjunto de trabalhos de um artesão da nossa praça e alusiva à quadra natalícia.

De referir ainda, que os resultados monetários da exposição, de acordo com o autor, reverteram para o núcleo de Arganil da APPACDM.

Orfeon Maestro Alves Coelho

O grupo coralista da Misericórdia tem sido uma referência cultural na Beira Serra, realizando concertos por diversos locais, sendo uma peça essencial do projeto cultural da Academia Condessa das Canas.

Em 2016, um dos seus mais memoráveis concertos ocorreu em Arganil, mais concretamente na receção a Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, aquando da sua visita à Instituição, para além de outras atuações como foi o caso das tradicionais festividades em honra de Nossa Senhora da Visitação, Santa Isabel.

Quanto à composição do grupo coral este 34 coralistas, apresentando-se em público com um número variável entre de 22 a 27 elementos.

Quanto à média de idades esta é de 56 anos, sendo que 63% dos coralistas tem mais de 60 anos.

Mata e Jardim

Ano após ano, este espaço tem merecido o reconhecimento que merece da parte de várias entidades e do público em geral, mesmo que alguns cidadãos com menor educação cívica não tenham consciência da necessidade de preservação ambiental deste “santuário” natural.

No entanto, a Misericórdia ao longo de 2016 assegurou a respetiva manutenção dos espaços e limpeza



dos caminhos, o que contribuiu para a receção de diversos eventos, quer das escolas, quer da comunidade em geral.

De realçar, em termos de utilização desportiva, a realização anual da prova de corta mato do Agrupamento de Escolas de Arganil, que tem reunido mais de 300 participantes.

Contudo, 2016 ficará marcado por dois momentos importantes na história da instituição.

O primeiro foi o **descerramento de duas imagens oferecidas pelo Provedor da Instituição, prof. José Dias Coimbra**, e alusivas à padroeira das Misericórdias Portuguesas, a Senhora do Manto Largo, momento que contou com a presença de diversos Provedores e o Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos.

O segundo momento, mas nem por isso menos importante, foi a **plantação de uma oliveira junto à pérgula virada para a Vila de Arganil por Sua Excelência Reverendíssima, o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes**, aquando da sua visita pastoral ao Concelho de Arganil, juntando-se com esse gesto a individualidades como o padre Vítor Melícias, o anterior Bispo de Coimbra, D. Albino Cleto, ou o Cónego Manuel Martins.

Projetos de Intervenção Comunitária – Cantinas Sociais | RLIS | Atividades Socialmente Úteis (ASU) | Protocolos de Colaboração Instituições

No âmbito da intervenção comunitária destacou-se o programa das cantinas Sociais que em 2016 viu ser assinadas várias adendas com o Instituto de Segurança Social (ISS,IP) via Centro Distrital, assegurando a sua continuidade, o que possibilitou que fossem fornecidas **26813** refeições, através de uma rede de parceiros composta por diversas instituições locais.

De realçar que 155 dessas refeições foram diretamente suportadas pela Misericórdia, pois excedia o número contratualizado.

Essa rede de instituições composta pelo Centro Social de Anseriz, a Associação Humanitária do Barril do Alva, o Centro Paroquial do Sarzedo e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva, possibilitaram o acesso aos cidadãos mais carenciados a uma resposta alimentar de emergência.

Por outro lado, a Misericórdia de Arganil transferiu parte significativa do total recebido (66.645,00 euros), contribuindo desse modo para a sustentabilidade das instituições referidas e assegurando-lhes recursos que lhes possibilitou uma ferramenta para uma intervenção imediata junto das comunidades locais.

Relativamente ao projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) este manteve em funcionamento os 9 gabinetes de atendimento, distribuídos pelas localidades de Anseriz, Arganil, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Coja, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo.

A Misericórdia de Arganil garantiu desse modo a cobertura a todo o território concelhio, mobilizando ainda, a equipa deste projeto, para visitas domiciliárias.

Também as Atividades Socialmente Úteis mantiveram a sua funcionalidade na Santa Casa, abrangendo 4 beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), os quais desenvolveram ocupação social na Mata das Misericórdias.

Outra prioridade para a Instituição foi o aprofundamento das parcerias com entidades locais e não só.

Nesse sentido, foram celebrados protocolos de cooperação com as Casas do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e S. Martinho da Cortiça, a primeira relativa ao apoio no campo dos cuidados de enfermagem e a segunda para apoio técnico ao funcionamento da resposta social de Centro de Atividades e Tempos

Livres (CATL).

Foi ainda celebrado protocolo de cooperação com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC) no âmbito das consultas de gerontopsiquiatria, possibilitando a deslocação de uma equipa multidisciplinar à Misericórdia para realizar atendimento e acompanhamento especializado a diversos cidadãos locais.

Colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra e o Secretariado Nacional da UMP

Tal como já vem sendo hábito a Misericórdia de Arganil tem mantido a sua colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra, assegurando a respetiva assessoria técnica ao nível do apoio às diversas Misericórdias do Distrito de Coimbra e ao próprio funcionamento desta estrutura distrital.

Exemplo disso é a organização técnica e logística da realização das reuniões do Conselho Distrital e que em 2016 ocorreram nas Misericórdias de Coimbra (07/05/2016) e na Misericórdia de Vila-Nova de Poiares (05/11/2016). Esta última ficou marcada pela homenagem prestada ao antigo Provedor.

De igual modo, a Misericórdia de Arganil disponibilizou o seu Diretor Geral para integrar as reuniões da Comissão Distrital de Acompanhamento dos Protocolos e as Plataformas Supraconcelhias do Pinhal Interior e do Mondego, para além de ter participado no Conselho estratégico da Comunidade Intermunicipal de Coimbra.

Em relação ao Secretariado Nacional a Instituição **integrou o projeto SINERGI** promovido pela UMP e destinado à implantação de uma plataforma de gestão para as respostas sociais das Misericórdias, para além da colaboração permanente com a estrutura nacional.

COMPLEXO DE SAÚDE

O designado Complexo de Saúde é composto não só pelo Hospital Dr. Fernando Vale, mas também pela Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR) e que resultou da cessação de atividade da Clifiargus, assim como o projeto do Hospital Condessa das Canas.

O funcionamento do Complexo de Saúde em 2016 ficará marcado pelas dificuldades em receber as verbas devidas pela Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C), quer em relação à Unidade de Cuidados Continuados Integrados (ambas as tipologias) quer em relação à Unidade de Medicina Física de Reabilitação.

Unidade de Cuidados Continuados – Dr. Fernando Vale

A grande preocupação para esta resposta social foi a manutenção dos índices de frequência, isto em ambas as tipologias, Média Duração e Reabilitação (MDR) e Longa Duração e Manutenção (LDM).

Este objetivo foi concretizado, tendo sido possível verificar que **as taxas de ocupação foram, respetivamente, 94,9% e 98,5%.**

Contudo, não podemos deixar de frisar que foi no âmbito do funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados que estiveram os principais problemas de liquidez para a Instituição, na medida em que a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C) não procedeu ao pagamento das verbas devidas, a partir do mês de Agosto e até ao dia 21 de fevereiro de 2017, ainda não tinha realizado nenhum pagamento sobre esta resposta social.

Sala de Snoezelen Dr. Armando Dinis Cosme



Desde a entrada em funcionamento da sala Dr. Armando Dinis Cosme que esta se tem revelado uma mais-valia, não só para os Cuidados Continuados, mas de igual modo para as outras respostas sociais existentes na Misericórdia.

Este espaço assegura um ambiente descontraído, agradável, com experiências táteis, visuais e auditivas, o que possibilitou a realização de 497 sessões, das quais 231 de fisioterapia e 266 sessões de terapia da fala.

Deve ser referido que este equipamento foi utilizado, para além da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, pela Unidade de Medicina Física e Reabilitação, pelo Centro de Atividades e Tempos Livres, pelo Agrupamento de Escolas, pela ERPI e pela Comunidade.

Não pode deixar de ser referido que a área técnica que mais beneficiou com este equipamento, para além da fisioterapia, foi a terapia da fala, que enquadrou 102 sessões no âmbito da convenção existente entre a Administração Regional de Saúde do Centro e a Misericórdia.

Unidade de Medicina Física e de Reabilitação

A Misericórdia desde há vários anos que tem celebrado com a ARS-C convenção no âmbito da Medicina Física e de Reabilitação, tendo sido durante bastante tempo os serviços assegurados por Sociedade Comercial adquirida para esse efeito.

Face à necessidade de reorganização de toda a estrutura de custos da Misericórdia e respetivas áreas de intervenção, passou a Instituição a desenvolver diretamente esta resposta, isto a partir de 1 de Julho de 2016.

Da análise (provisória) do período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Dezembro, foi possível contabilizar 453 utilizadores, tendo em conta as sessões de tratamentos realizados (6267), com idades compreendidas entre os 3 e os 97 anos, sendo que o escalão etário dominante situava-se entre os 71 e os 80 anos, com cerca de 24,3% (110) do total.

Já a média de idades dos utilizadores correspondeu a 63 anos e o género dominante foi o feminino com 59% dos utentes, enquanto a proveniência geográfica dominante foi a freguesia de Arganil, com 42,4% (192) dos utilizadores, seguindo-se a Freguesia de Coja e Barril do Alva com 13,2% (60).

Do exterior do Concelho de Arganil a Unidade recebeu utentes de Gois (4,2%), Tábua (3,8%), Vila Nova de Poiares (0,4%) e Pampilhosa Serra (0,4%), totalizando 40 pessoas.

No que se refere às entidades referenciadoras podemos dizer que o Centro de Saúde Arganil teve um peso 63,8% (289), seguindo-se a própria Santa Casa com 10,6% (48), enquanto os seguros ocupam a terceira posição com 9,5% (43).

Outro aspeto a destacar ao nível da Unidade de Medicina Física e reabilitação prendeu-se com o alargamento dos serviços disponibilizados, neste caso há a destacar a forte participação da disciplina da terapia da fala, através do desenvolvimento da reabilitação neste campo, com especial incidência junto das crianças, a par da constituição de classes de movimentos, as quais funcionam duas vezes por semana, a partir das 17 horas.

De igual modo, não podemos deixar de salientar o papel da sala de snoezelen Dr. Armando Dinis Cosme que funciona sediada no Hospital Dr. Fernando Vale (UCCI), mas que veio complementar a área da reabilitação da Misericórdia, sendo um dos muitos exemplos de partilha de recursos entre respostas sociais que caracteriza a Santa Casa.

Hospital Condessa das Canas

Em relação ao projeto de recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas, o qual tem projeto aprovado e contrato de financiamento celebrado com a ARS-C, a Instituição manteve o interesse e o propósito na concretização desta recuperação.

Nesse sentido, e após a recuperação da totalidade da designada Quinta dos Bons Dias, foram encetados contactos e diligências tendo em vista a sua alienação e conseqüente investimento na execução deste projeto, conforme deliberações anteriores da Assembleia Geral da Misericórdia, tendo transitado para 2017 a continuidade deste processo.

COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL

Neste Complexo estão agregados diversos equipamentos colocados ao dispor da comunidade, como são o caso da Igreja da Misericórdia, as piscinas "Zé Miguel Coimbra", o campo de Futebol Eduardo Ralha, o Cineteatro Alves Coelho, o Pavilhão do Paço Grande, o Parque Infantil Eng. Leitão, a Feira do Mont'Alto, ou o Jardim Condessa das Canas.

➤ **Abertura da Igreja da Misericórdia à Comunidade**

Este espaço religioso encontra-se aberto à comunidade, possibilitando a sua utilização diária pelos mais devotos, mas de igual modo servindo como espaço de divulgação da História e da cultura de Arganil.

Nesse sentido, **recebeu a caminhada solidária promovida pelos Lions de Arganil** e destinada a angariar fundos para a construção do Lar Residencial da APPACDM-Núcleo Arganil.

Serviu também, como espaço de ensaio para o Orfeon Maestro Alves Coelho, tendo acolhido a realização de alguns dos concertos deste grupo coral da Misericórdia, para além das celebrações e festividades associadas a Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação, padroeira das Santas Casas.

Contudo, o momento alto em 2016 neste espaço foi o **acolhimento de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes**, o qual presidiu e celebrou Missa, com o acompanhamento do Órgão de Tubos e respetivo Orfeon.

➤ **Cineteatro Alves Coelho – devolução – avaliação – grupo de trabalho**

Relativamente a este edifício, o emblemático e simbólico Cineteatro Ales Coelho, não podemos deixar de sublinhar as decisões do Tribunal de Coimbra dando razão às pretensões da Misericórdia.

De recordar que, a Câmara Municipal de Arganil foi condenada em sede de uma providência cautelar a suspender os trabalhos de "sondagens", pois não possuíam qualquer título que lhes permitia tal, bem como, a devolver o imóvel, assim como as rendas recebidas indevidamente.

Ficou ainda claro, que foi a Câmara Municipal de Arganil a única responsável no desfecho desta situação, pois não cumpriu o acordo / contrato firmado por escritura pública datada de 20 de Dezembro de 2008, com a Misericórdia.

Infelizmente, e após realização de estudo ao estado do imóvel, concluiu-se que o **cenário de degradação é de tal monta que os valores para a reposição do contexto em que se encontrava em 2008, são excessivos para as prioridades da Misericórdia.**

Por outro lado, foi composto um grupo de trabalho com diversas personalidades do campo das artes, arquitetura, filosofia, etc, destinado a refletir o futuro para este edifício, tendo por base o projeto existente e anteriormente aprovado em 2005, mas cujos trabalhos ficaram dependentes da apresentação das

conclusões da avaliação ao Cineteatro Alves Coelho.

➤ Equipamentos desportivos

Como é apanágio da Misericórdia, em 2016 os diversos equipamentos desportivos da Instituição mantiveram-se abertos à utilização pela comunidade, designadamente as piscinas do complexo "Zé Miguel", isto no período de verão.

Este equipamento teve a devida supervisão e vigilância de profissional habilitado, com a sempre presente preocupação pela qualidade da água e da oferta de diversas atividades lúdicas para os utilizadores.

De igual modo, os aparelhos de manutenção física existentes na Mata das Misericórdias, bem como o circuito de manutenção forma utilizados pela comunidade, possibilitando o lazer e a promoção de hábitos de vida saudável aos arganilenses e visitantes.

A disponibilização destes recursos segue a lógica das parcerias, visando a promoção do bem-estar local, onde diversas entidades têm papel essencial como: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Outro Património:

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho – Rio de Mouro / Sintra

Bairro da Quinta Nova – Arganil

Moradia da Alagoa (Arganil)

Imóveis da Amadora, Lisboa e Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira

Moradia das Torrozelas e propriedades aí existentes

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

Apartamento em Coja

*** Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**

RESUMO CONTAS

O ano de 2016 foi marcado por um conjunto de condicionalismos que se refletiram na vida económica da Instituição, o que obrigou a Misericórdia a um **esforço suplementar** para assegurar a continuidade da sua ação nas diversas áreas de atuação.

No leque desses constrangimentos surge à cabeça **os atrasos nos pagamentos devidos pela ARS-C, quer em relação ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale, quer em relação ao funcionamento da Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia.**

Estes atrasos deram de imediato origem ao acentuar de **perda de liquidez junto da tesouraria** da Instituição, o que obrigou ao reajuste dos pagamentos aos fornecedores, de modo a serem mantidas as obrigações para com o Estado, assim como para com os colaboradores.

No final do ano em análise, ou seja a 31 de Dezembro, a ARS-C, entre os acordos relacionados com os cuidados continuados e a convenção relativa à Medicina Física e de Reabilitação, **tinha em dívida um**

total de 193.245,52€ para com a Misericórdia.

Outro constrangimento relacionou-se com a atualização dos acordos de cooperação para o Complexo Social, em 0,9%, **inferior ao inicialmente previsto de 1%**, enquanto que no âmbito dos Cuidados Continuados não houve lugar a qualquer atualização das comparticipações do Setor Estado.

Acrescenta-se a isto, **a atualização do Salário Mínimo Nacional acima do previsto no orçamento**, que acompanhada da **revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)** aplicável à Misericórdia, representou um aumento de custos que exigiu um esforço suplementar para a Instituição que veio a refletir-se no **aumento das despesas com pessoal.**

Por outro lado, houve lugar à **integração dos colaboradores da Clifiargus, Lda, na Misericórdia**, na medida em que a instituição passou a prestar o serviço de reabilitação diretamente, pelo que estes custos também se refletiram na rúbrica do pessoal.

A ausência dos apoios relacionados com as Empresas de Inserção que, apesar de já não estarem orçamentados, traduziram-se também numa condicionante, pois representaram uma perda de receitas que obrigou a custos adicionais para alguns setores de atividade da instituição.

Por último, mas não menos relevante, não podemos deixar de sublinhar o facto de a Instituição **ter perdido receitas de cerca de 20.107,50€ face a 2015 e referentes ao funcionamento da resposta social de ERPI, por força do incêndio ocorrido em 27 de Junho.**

Este incidente, do qual **não resultaram, felizmente, quaisquer danos humanos**, obrigou a uma redução da capacidade de resposta da Instituição, com a conseqüente perda de receita, mas de igual modo obrigou a um investimento suplementar que ainda decorre.

Não obstante, a Misericórdia conseguiu assegurar um reforço significativo dos seus ativos, através das **doações de imóveis e que totalizaram 229.862,49€.**

Por outro lado, ao nível das propriedades de investimento verificou-se um conjunto de atualizações das respetivas avaliações, tendo existido **uma opção estratégica em optar que, algumas destas, não fossem classificadas como aumentos pelo justo valor e, conseqüentemente, fossem refletidas no exercício / demonstração de resultados, mas antes passassem a consolidar o ativo.**

Esta situação não é alheia à eventual necessidade de recurso à banca para a concretização de alguns projetos, caso se mantenha a dificuldade em serem recebidas as verbas do Estado, com especial incidência no campo da saúde.

Deste modo, a análise do resultado do exercício terá que ser enquadrada com o aumento das propriedades de investimento que **passou de 841.255,14€ em 2015, para 2.000.089,51€ em 2016, o que representou um crescimento de 137,75%, ou seja, mais 1.158.834,37€.**

Por outro lado, não podemos deixar de enquadrar nesta operação, a transação efetuada no âmbito do processo judicial referente à designada Quinta dos Bons Dias e que implicou uma "permuta". Esta permitiu à Misericórdia ter em sua posse a plenitude do imóvel identificado, o que por sua vez implicou a atualização do valor deste património, tendo por base as avaliações da Autoridade Tributária / Finanças.

Circunscrevendo à demonstração de resultados, verificamos que foram obtidos 2.737.674,01€ do lado dos rendimentos e no campo dos gastos registaram-se 2.917.285,95€.

Da diferença entre rendimentos e gastos relativos ao exercício de 2016 foi apurado um resultado líquido negativo de 179.611,94€.



RENDIMENTOS

Analisando mais especificamente a componente dos rendimentos verificamos que esta, face ao orçamento, teve um **crescimento de mais 1,3%, neste caso mais 34.882,01€**.

Para tal, foi decisiva a contribuição da conta 78, outros rendimentos e ganhos, com mais 116.693,34€, o que representou um crescimento de 49,8% face ao estimado em orçamento.

Para tal, deve ser destacado o **contributo das rendas provenientes do património**, conta 787 (rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros), que se traduziu **num aumento de 13,1%, neste caso mais 17.528,84€**, quando em comparação com o orçamentado para esta rubrica.

Ainda na conta 78, mas mais especificamente nos outros rendimentos, conta 788, verificou-se um crescimento superior a 85.000,00€, originado pela inclusão do valor monetário de herança/donativo no valor de 22.185,00€, a par da receção das verbas do cineteatro Alves Coelho por decisão do tribunal e correspondentes a rendas recebidas pela Câmara Municipal e que totalizaram 66.158,88€.

Ora, foi o crescimento da conta 78, nos moldes atrás descritos, que possibilitou a **compensação de perda de receitas face ao estimado no documento orçamental para 2016**.

Assim, a Instituição não obteve a receita estimada no âmbito dos serviços prestados, conta 72, **onde teve uma redução global de 34.476,32€**, causada, essencialmente, pela redução verificada na ERPI, por força do incêndio, cuja receita estimada sofreu uma diminuição em 63.742,51€.

Contudo, a **evolução das receitas obtidas nas outras respostas do Complexo Social**, como o Centro de Dia, o CATL e o Serviço de Apoio Domiciliário, isto na componente da comparticipação pelos utentes e respetivas famílias, **permitiu atenuar a perda da receita da ERPI**, reduzindo para metade o valor em cima apresentado.

No entanto, deve ser destacado o **desempenho da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação que apresentou um crescimento superior a 12,68%**. Neste particular, teve um aumento de 11.109,11€, face ao orçamento inicial, acabando por ter um valor de prestação de serviços de 98.709,11€, contra os 87.600,00€ inscritos como previsão.

Já no âmbito dos subsídios do Estado, conta 75, verificou-se uma **diminuição face ao estimado**, neste caso menos 2,93%, ou seja, 39.723,52€.

Uma das razões para esta diminuição assentou na não revisão do acordo para a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), pois desejava-se a majoração prevista no Compromisso de Cooperação não tendo sido concretizável, o que implicou menos 29.489,40€ (-24,7%), face ao estimado.

A outra razão prendeu-se com a Rede Local de Intervenção Social que apresentou uma redução de 10.436,66€ (-12,86%), embora neste caso a redução verificada se tenha devido à **diminuição da liquidez da Instituição que a condicionou na assunção de mais compromissos**, motivo que levou a retardar o processo de aluguer de viatura para o projeto.

Comparativamente com o exercício de 2015 a redução das receitas foi de 7,65%, ou seja menos 226.861,20€, **motivado pela não inclusão de verbas referentes às propriedades de investimento**, nomeadamente as resultantes do justo valor, face à consignação substancial das mesmas ao ativo.

GASTOS

Relativamente aos gastos estes tiveram um aumento, **face ao previsto no orçamento, em 214.947,95€, neste caso mais 7,95%**, motivado pelo incremento dos custos com pessoal e com a o

Fornecimento de serviços externos.

Deste modo, a conta 63, referente a despesa com o pessoal, aumentou 9,86%, o que representou 145175,05€, **provocada essencialmente por fatores externos à instituição**, como o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN), que representou 38.003,00€, as atualizações decorrentes da aplicação do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), neste caso 22.277,44€, a reposição de mais 3 feriados, com um valor adicional de 8.029,09€, e a integração dos elementos da Clifiargus, neste caso 43.132,98€.

Quanto ao Fornecimento de Serviços Externos, conta 62, verificou-se um crescimento de 70.865,52€, neste caso mais 11%.

Para este crescimento **contribuíram a realização das obras em Património da Instituição**, nomeadamente nos apartamentos na Amadora, com um total de 11.543,30€, o contencioso com 5.087,37€, e o aumento das despesas de consumíveis com os utentes.

Também a componente dos honorários, ajudou a esse aumento da conta 62, nomeadamente porque aumentou 45.950,54€, **incluindo-se aqui as despesas com advogado, médico e enfermagem**. De realçar que o facto de a instituição ter 3 colaboradores enfermeiros de baixa implicou o recurso a avençados.

Comparativamente com o exercício de 2015 a despesa de 2016 reduziu em 16.542,90€, pouco mais de 0,6%, o que não deixa de ser um dado a ter em conta, na medida em que, caso a Instituição **não tivesse privilegiado a opção de reforçar os seus ativos**, nomeadamente as propriedades de investimento e, conseqüentemente, os fundos patrimoniais / reservas, **o resultado do exercício teria sido distinto, assim como a correlação entre rendimentos e gastos**.

INVESTIMENTO

Como já foi referido anteriormente, a Instituição no exercício de 2016 **reforçou os seus ativos, nomeadamente os fundos patrimoniais / reservas**, tendo inscrito no campo dos investimentos um total de 1.286.557,43€, dos quais 1.158.834,37€ são referentes a propriedades de investimento.

De entre essas propriedades há a **destacar as doações, cujo valor atingiu 229.862,49€, enquanto as reavaliações da autoridade tributária consideraram 1.119.012,96€**.

Foi ainda considerada a saída de 190.041,08€ / património, referentes à permuta de 2 apartamentos na Amadora no âmbito do processo judicial da Quinta dos Bons Dias e a compensação da alienação da casa da Dreia, face ao valor de venda versus o valor registado na contabilidade de avaliação.

ANÁLISE FACE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS

Tomando como referência as metas delineadas aquando da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 e o exercício agora em análise, podemos concluir que, apesar das inúmeras dificuldades, a Instituição concretizou os seus objetivos.

Assim, no campo da cooperação com o Estado, e apesar dos constrangimentos relativamente ao Serviço de Apoio Domiciliário e aos Cuidados Continuados, foi possível **renovar o Protocolo de funcionamento das Cantinas Sociais até ao final de 2016**.

Foi também possível, manter em **funcionamento o projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)** com um amplo leque de cobertura e apoio a todo o concelho de Arganil.

No que concerne à sustentabilidade da Misericórdia, a Instituição **reforçou os fundos patrimoniais / reservas, aumentando desta forma o seu ativo, face ao passivo**, consolidando por este meio o

contexto que permite o recurso à banca quando e caso venha a ser necessário.

Também no que à sustentabilidade diz respeito, foi possível verificar que a Misericórdia **procedeu à reorganização dos seus serviços**, nomeadamente com a inclusão da área da Medicina Física e de Reabilitação, bem como os horários dos diversos colaboradores, tendo em vista mitigar o efeito do aumento de alguns custos.

Ao nível da requalificação do Complexo Social, podemos afirmar que os trabalhos de higienização dos espaços tiveram continuidade, reforçados com a necessidade de remodelação do piso afetado pelo incêndio ocorrido no dia 27 de Junho.

Em relação à Mata das Misericórdias esta manteve-se disponível para a comunidade, com especial incidência junto das escolas, sem esquecer que **foi valorizada de forma contínua** como espaço de cultura e lazer, nomeadamente com o enriquecimento da Rua das Misericórdias.

A formação foi outra das áreas que mereceu atenção por parte da Misericórdia, tendo esta promovido a **contratação de um técnico superior de higiene e segurança, que dinamizou a realização de formação interna, tendo por base um dossier formativo.**

Quanto ao património a Instituição deu **continuidade ao processo de inventariação** deste, atualizando os dossiers dos diversos imóveis, bem como realização de diversos levantamentos e elaboração de registos atuais.

No âmbito da oferta cultural, a Misericórdia, através da Academia Condessa das Canas e do seu orfeon, manteve uma **agenda de concertos e realizou a primeira exposição** na escola do paço grande, alusiva à quadra natalícia.

Participou ainda na **Semana Santa em Braga**, integrando a procissão do Senhor da Cana Verde – Ecce-Homo.

Em relação ao projeto de requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas, foram encetadas **diligências destinadas à entrada de capital para esse efeito**, nomeadamente através da renovação da autorização de venda da Quinta dos Bons Dias.

Relativamente ao Cineteatro Alves Coelho a Misericórdia **viu reconhecida a sua razão por sentença judicial, tendo sido a Câmara Municipal de Arganil condenada** a devolver o emblemático edifício por incumprimento do compromisso firmado em 20 de Dezembro de 2008.

Infelizmente, o estado em que o emblemático espaço foi devolvido revela uma postura de desleixo em relação ao mesmo por parte da autarquia, o que suscitou a realização de um estudo sobre a real situação da estrutura e cujas conclusões não são nada positivas, face à ausência de quaisquer obras de manutenção ou conservação no período compreendido entre Dezembro 2008 e Julho de 2016.

No campo das parcerias podemos afirmar que a Misericórdia reforçou a colaboração com diversas entidades, não só ao nível da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do Agrupamento de Escolas, mas especialmente com as instituições do terceiro setor, através da **assinatura de diversos protocolos de cooperação.**

A este propósito deve ser destacado papel do programa das cantinas sociais e da RLIS que permitiu envolver uma dezena de instituições locais, ao mesmo que **assegurou a mobilização de recursos económicos para as mesmas.**

Também a colaboração com o Secretariado Nacional da UMP e o Secretariado Regional de Coimbra da mesma estrutura foi uma realidade, contribuindo a Misericórdia por este meio para uma política de união

das Santas Casas na defesa dos seus Compromissos.

Terminada a apresentação do relatório de Atividades e Contas, assim como o Anexo ao balanço e demonstração de resultados referente ao exercício de 2016, foi apresentado o documento da empresa PKF e referente à Certificação Legal de Contas (que evidencia um total de 6.237.933,28 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.200.104,30 euros), a qual confirmava terem sido executados todos os procedimentos contabilísticos conforme o quadro legal aplicável, não tendo sido atribuída qualquer reserva aos documentos referentes ao exercício em apreço.

Após a apresentação da documentação já referida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa solicitou à presidente do Conselho Fiscal a leitura do respetivo parecer do Conselho Fiscal.

No uso da palavra a Sr.^a D. Maria Lisete Jorge informou existir uma gralha no parágrafo segundo da página 3, pois onde se lê “...o que representou um crescimento de 57,9%...” deverá ler-se “...o que **representou um crescimento de 137,75%...**”, pelo que solicitou que a transcrição para ata seja feita de acordo com a correção apresentada e conforme a leitura que de imediato realizou.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2016

De acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 1 de Março de 2017, pelas quinze horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2016.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários por parte da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que em relação às atividades desenvolvidas foi possível verificar a concretização na generalidade dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir.

- Cooperação com o Estado - apesar dos constrangimentos relativamente ao Serviço de Apoio Domiciliário e aos Cuidados Continuados, foi possível **renovar o Protocolo de funcionamento das Cantinas Sociais até ao final de 2016** e manter em **funcionamento o projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**;
- Sustentabilidade da Misericórdia - **reforço dos fundos patrimoniais / reservas, aumentando desta forma o seu ativo, face ao passivo, e reorganização dos seus serviços**, nomeadamente com a inclusão da área da Medicina Física e de Reabilitação, bem como os horários dos diversos colaboradores, tendo em vista mitigar o efeito do aumento de alguns custos;
- Requalificação do Complexo Social - os trabalhos de higienização dos espaços tiveram continuidade, reforçados com a necessidade de remodelação do piso afetado pelo incêndio ocorrido no dia 27 de Junho;
- Mata das Misericórdias - esta manteve-se disponível para a comunidade, com especial incidência junto das escolas, sem esquecer que **foi valorizada de forma continua** como espaço de cultura e lazer, nomeadamente com o enriquecimento da Rua das Misericórdias;
- Formação - **realização de formação interna, tendo por base um dossier formativo**;



- Património - **continuidade ao processo de inventariação** deste, atualizando os dossiers dos diversos imóveis, bem como realização de diversos levantamentos e elaboração de registos atuais, a par do aumento das propriedades de investimento;
- Oferta cultural – manutenção de uma **agenda de concertos e realização da primeira exposição** na escola do paço grande, alusiva à quadra natalícia;
- Requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas - foram encetadas **diligências destinadas à entrada de capital para esse efeito**, nomeadamente através da renovação da autorização de venda da Quinta dos Bons Dias;
- Cineteatro Alves Coelho - a Misericórdia **viu reconhecida a sua razão por sentença judicial, tendo sido a Câmara Municipal de Arganil condenada** a devolver o emblemático edifício por incumprimento do compromisso firmado em 20 de Dezembro de 2008.
- Parcerias – reforço da colaboração com diversas entidades, não só ao nível da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do Agrupamento de Escolas, mas especialmente com as instituições do terceiro setor, através da **assinatura de diversos protocolos de cooperação**, sem esquecer a colaboração com o Secretariado Nacional da UMP e o Secretariado Regional de Coimbra.

No que concerne à execução económico-financeira é de salientar um conjunto de constrangimentos que condicionaram a ação da instituição, nomeadamente **os atrasos nos pagamentos devidos pela ARS-C, quer em relação ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale, quer em relação ao funcionamento da Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia.**

No final do ano em análise, a ARS-C **tinha em dívida um total de 193.245,52€ para com a Misericórdia.**

Outro constrangimento relacionou-se com a atualização dos acordos de cooperação para o Complexo Social, em 0,9%, **inferior ao inicialmente previsto de 1%**, enquanto que no âmbito dos Cuidados Continuados não houve lugar a qualquer atualização das participações do Setor Estado.

Também a **atualização do Salário Mínimo Nacional acima do previsto no orçamento**, acompanhada da **revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)** aplicável à Misericórdia, traduziu um aumento de custos que exigiu um esforço suplementar para a Instituição que veio a refletir-se no **aumento das despesas com pessoal**, sem esquecer a **integração dos colaboradores da Clifiargus, Lda, na Misericórdia.**

Também o facto de a Instituição **ter perdido receitas de cerca de 20.107,50€ face a 2015 e referentes ao funcionamento da resposta social de ERPI, por força do incêndio ocorrido em 27 de Junho**, contribuiu para a falta de liquidez da Instituição.

Em contrapartida deve ser enaltecido o facto da Misericórdia ter conseguido assegurar um reforço significativo dos seus ativos, através das **doações de imóveis e que totalizaram 229.862,49€.**

Simultaneamente, ao nível das propriedades de investimento verificou-se um conjunto de atualizações das respetivas avaliações, tendo existido **uma opção estratégica em optar que, algumas destas, não fossem classificadas como aumentos pelo justo valor e, conseqüentemente, fossem refletidas no exercício / demonstração de resultados, mas antes passassem a consolidar o ativo.**

Esta opção reforçará a capacidade de endividamento da Instituição num hipotético cenário de recurso à

banca para a concretização de alguns projetos e caso se mantenha a dificuldade em serem recebidas as verbas do Estado, com especial incidência no campo da saúde.

Consequentemente, e em rigor, a análise do resultado do exercício terá que ser enquadrada com o aumento das propriedades de investimento que **passou de 841.255,14€ em 2015, para 2.000.089,51€ em 2016, o que representou um crescimento de 137,75%, ou seja, mais 1.158.834,37€.**

Circunscrevendo à demonstração de resultados, verificamos que foram obtidos 2.737.674,01€ do lado dos rendimentos e no campo dos gastos registaram-se 2.917.285,95€.

Da diferença entre rendimentos e gastos relativos ao exercício de 2016 foi apurado um resultado líquido negativo de 179.611,94€.

Assim, conclui o Conselho Fiscal | Definitório, a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descuidar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e dos trabalhadores na pessoa do seu Diretor Geral.**

Arganil, 1 de Março de 2017

O Conselho Fiscal / Definitório

Terminada a apresentação e leitura do parecer do Conselho Fiscal / Definitório, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, abriu o período de inscrições para as intervenções dos irmãos, tendo em vista qualquer questão ou esclarecimento relativos a este ponto da ordem de trabalhos.

Não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou a votação e em minuta o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016, assim como o respetivo parecer do Conselho Fiscal, do qual constava um voto de louvor ao trabalho da Mesa Administrativa e dos trabalhadores da Instituição.

Colocados a votação foram ambos aprovados por unanimidade, aclamação e em minuta.

3. Ratificação da escritura de doação feita por Maria Alice Marques, a favor da Misericórdia de Arganil, do artigo 624 matriz predial urbana de Arganil, sito em Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça;

Em relação ao terceiro ponto da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, que apresentou a escritura de doação do artigo 624 matriz predial urbana de Arganil, sito em Vale Matouco, freguesia de S. Martinho da Cortiça, a favor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, sendo que esta doação foi efetuada pela Sr.^a Maria Alice Marques, portadora do bilhete de identidade n.º 4387103.

Apresentada a escritura de doação, e não tendo havido qualquer pedido de esclarecimentos ou intervenção, foi colocado a votação e em minuta o pedido de ratificação da mesma, o qual foi aprovado por unanimidade, devendo proceder-se ao registo definitivo a favor da Misericórdia de Arganil.

4. Deliberação sobre proposta de pedido de autorização de alienação do apartamento sito na Rua da Escola de Medicina Veterinária em Lisboa, n.º 7, 4º esquerdo (artg. 1918



I Freguesia de Arroios), e respetiva ratificação do contrato-promessa de compra e venda do mesmo;

No quarto ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António carvalho da Costa, deu a palavra ao Provedor para que este apresenta-se a proposta de autorização de alienação do apartamento em cima melhor identificado.

No uso da palavra o Provedor, prof. José Dias Coimbra, procedeu à leitura e apresentação da referida proposta que a seguir se dá por transcrita, assim como o contrato promessa de compra e venda.

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO

Identificação: Fração autónoma do prédio urbano sito no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Arroios, com o artigo matricial 1918, que corresponde ao 4º andar esquerdo do nº 7 da Rua da Escola de Medicina Veterinária, 1000-127 Lisboa e inscrito na conservatória do registo predial de Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, sob o nº 4094/20080204-I.

A fração identificada faz parte de um imóvel composto de R/Ch e quatro pisos com direito e esquerdo.

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, na prossecução dos seus fins estatutários, tem procurado rentabilizar o seu património imóvel, designadamente como fonte de financiamento à sua ação social. Nesse sentido, recebeu três propostas de aquisição: AZ. Investimento - 1) 100 mil euros e CPCV no valor 10 mil euros; 2) 130 mil euros e CPCV no valor de 10 mil euros, sendo que neste caso existia comissão de mediação de 5% mais IVA; Cesário Pereira Filipe – 135 mil euros e CPCV no valor de 50 mil euros; S.Trading S.A.- 94.500,00 euros e CPCV de 10%.

A fração identificada faz parte de um imóvel composto de R/Ch e quatro pisos com direito e esquerdo. Ponderada a avaliação inscrita na caderneta predial do imóvel, que neste caso é de noventa e quatro mil, duzentos e trinta euros e trinta e três cêntimos (94.230,33€) e a avaliação solicitada a perito credenciado (João Duarte – inscrito na CMVM com o n.º AVFII/13/035), neste caso de noventa e quatro mil euros (94.000,00€) de acordo com o método comparativo de mercado, a **Mesa Administrativa deliberou, por unanimidade, proceder à respetiva venda, face às dificuldades de tesouraria da Instituição e à ausência de rendimentos provenientes do referido imóvel, através de ...” assinatura de CPCV (Contrato Promessa de Compra e Venda) com o proponente da proposta mais elevada e atrás descrita...**”

Mais deliberou esse Órgão, por unanimidade, “... que a assinatura do CPCV deverá ter em conta as condicionantes da necessidade de aprovação pela Assembleia Geral da Misericórdia da referida venda, assim como da conclusão do processo de inventário respetivo e subsequente registo definitivo da referida propriedade. Assim, a escritura pública de compra e venda deverá ser celebrada quando estiverem reunidas as condições já descritas, devendo o CPCV acautelar tal situação.”

Nesse sentido, propõe-se a alienação do mesmo artigo, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 21º do Compromisso desta Irmandade, ao Sr. Cesário Pereira Filipe pelo valor de 135.000,00€, logo que estejam reunidas as condições necessárias conforme já prevê o contrato-promessa compra e venda.

Aos, 27 de Fevereiro de 2017

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada a referida proposta, assim como o contrato promessa de compra e venda, e dados os esclarecimentos considerados necessários, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, solicitou à Presidente do Conselho Fiscal, a Sr.ª D. Maria Lisete Jorge, que se pronunciasse sobre este assunto.

No uso da palavra a representante do Conselho Fiscal procedeu à leitura do respetivo parecer, na sequência de pedido efetuado pela Mesa Administrativa sobre esta operação e que se passa a transcrever.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

Proposta de Alienação

De acordo com o previsto na alínea c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 1 de Março de 2017, pelas quinze horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como segundo ponto da sua ordem de trabalhos, emitir parecer sobre proposta de alienação da:

Fração autónoma do prédio urbano sito no distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Arroios, com o artigo matricial 1918, que corresponde ao 4º andar esquerdo do nº 7 da Rua da Escola de Medicina Veterinária, 1000-127 Lisboa e inscrito na conservatória do registo predial de Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, sob o nº 4094/20080204-I.

A fração identificada faz parte de um imóvel composto de R/Ch e quatro pisos com direito e esquerdo.

Analisada e discutida a proposta da Mesa Administrativa, assim como o respetivo Contrato Promessa de Compra e Venda destinado à alienação do imóvel supra identificado, bem como obtidos os esclarecimentos necessários por parte da Mesa Administrativa e serviços de apoio, o Conselho Fiscal | Definitório deu parecer favorável à operação, pelo valor da proposta mais elevada, neste caso 135.000,00 €, com um sinal de 50.000,00€, tendo em conta as **dificuldades de tesouraria da Instituição e a ausência de rendimentos provenientes do referido imóvel.**

O Conselho Fiscal / Definitório considerou ainda, que as condicionantes relativas à aprovação pela Assembleia Geral da Misericórdia da referida venda, assim como da conclusão do processo de inventário respetivo e subsequente registo definitivo da referida propriedade, estavam devidamente acauteladas no Contrato Promessa de Compra e Venda apresentado, uma vez que a escritura pública de compra e venda apenas será celebrada quando estiverem reunidas as condições já descritas.

Pelo exposto o Conselho Fiscal / Definitório recomenda à Assembleia Geral a aprovação da referida operação de alienação.

Arganil, 1 de Março de 2017

O Conselho Fiscal / Definitório

Apresentados os documentos de suporte ao quarto ponto da ordem de trabalhos, assim como os esclarecimentos considerados necessários, designadamente as propostas de compra e as respetivas condições, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, abriu período de inscrição para qualquer intervenção da parte dos irmãos presentes.

Uma vez que estes consideraram-se devidamente esclarecidos e fundamentados em relação ao pedido de autorização de alienação nas condições já devidamente apresentadas na proposta de alienação da Mesa Administrativa, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou a votação e em minuta o pedido de autorização de alienação do apartamento sito na Rua da Escola de Medicina Veterinária em

Lisboa, n.º 7, 4º esquerdo (artg. 1918 I Freguesia de Arroios), e respetiva ratificação do contrato-promessa de compra e venda do mesmo, tendo sido ambos aprovados por unanimidade e em minuta.

5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e admitidos a discussão.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o irmão Mariano Canales para apresentar uma proposta destinada à mobilização de esforços no âmbito do processo de recuperação do edifício Cineteatro Alves Coelho, tendo em vista defender uma cultura europeia.

De acordo com o referido irmão, o edifício do cineteatro suscita enorme curiosidade, representando um período da história da arquitetura portuguesa e da cultura que deve ser preservado.

Para tal, "o lançamento de uma campanha assente na venda de lugares da fila zero era importante, não só para angariar alguns fundos, mas, especialmente, mobilizar capital humano destinado à reabilitação do edifício".

Esta iniciativa deverá estabelecer o custo de cada lugar que, associado ao NIB da Instituição, possibilitará a qualquer interessado adquirir os lugares que entender durante um determinado período de tempo ainda a definir.

Este contributo solidário será exclusivo a esta causa, devendo a divulgação da iniciativa, para além da página oficial da instituição, ser feita através de diferentes parceiros para alargar o raio de ação desta ideia.

Uma ação deste género, para além de ser inovadora, chamará a atenção nacional e internacional para a necessidade dos poderes políticos, e a própria sociedade civil, procederem a um contributo decisivo na recuperação deste imóvel.

O Provedor, prof. José Dias Coimbra, aproveitou o momento para agradecer a sugestão salientando ainda, que "estarão agora reunidas as condições para que o grupo de Trabalho criado para pensar o conceito do Cineteatro possa debruçar-se sobre esta temática, tendo por base algo de concreto, não só porque o estudo ao estado do imóvel está concluído, mas porque existem diversas ideias para a sua recuperação."

Não havendo mais nenhuma intervenção dos irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, despediu-se dos irmãos, expressando "votos de uma Santa Páscoa", dando por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2, 3 e 4 foram aprovados em minuta, entrando de imediato em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O primeiro secretário;

O segundo secretário;